

MANIFESTAÇÕES POPULARES EM FACE DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO¹

Marjana Dos Santos².

¹ Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em Direito, do Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo - CNEC/IESA

² Aluna do Curso de Graduação em Direito, do Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo - CNEC/IESA, marjana_dos_santos@hotmail.com.

Introdução

A presente pesquisa faz um breve relato sobre os direitos fundamentais no Brasil, dando maior enfoque ao direito à liberdade de expressão e a partir dele, destaca as jornadas de junho de 2013, seus principais motivos, o uso das redes sociais como confirmação de presença nas manifestações e como forma de expressão do pensamento, assim como os resultados obtidos com os protestos. Finalizando, com a análise das manifestações populares de junho de 2013 frente ao direito à liberdade de expressão, assegurado em nossa Carta Magna.

Por meio desse trabalho, podemos verificar que os direitos fundamentais ao longo dos anos foram passando por evoluções até serem confirmados definitivamente na nossa Constituição Federal, sendo que o direito à liberdade de expressão, hoje, está plenamente assegurado. Com isso, diante das manifestações ocorridas nas ruas de todo o País no mês de junho do ano de 2013, verifica-se a efetiva expressão de opinião e pensamento, assim como o direito de se reunir em grupos em busca de seus ideais por um País melhor.

Metodologia

O estudo será desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e método dedutivo. Os instrumentos de investigação utilizados serão, na sua maior parte, doutrina, normas legais, artigos, dissertações e informativos.

O procedimento realizado será seleção de bibliografia e documentos relacionados à matéria, reflexão crítica e exposição dos resultados.

Resultados e Discussão

Sabe-se que para um Estado ser reconhecido como democrático é necessário verificar a profundidade da abrangência, reconhecimento e proteção dos direitos fundamentais. Assim, para Dirley da Cunha Júnior “é por meio dos direitos fundamentais que se avalia a legitimação de todos os poderes sociais, políticos e individuais” (2011).

De tal modo, para compreender a importância e a função dos direitos fundamentais no tempo e espaço, faz-se imperioso ressaltar que a perspectiva histórica assume um prestígio não apenas como mecanismo hermenêutico, mas, principalmente, por ser a história dos direitos fundamentais também

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

uma história que desencadeia no surgimento do moderno Estado constitucional, cuja essência e razão de ser residem justamente no reconhecimento e na proteção da dignidade da pessoa humana e nos direitos fundamentais do homem (SARLET, 2012).

De outra banda, com a Proclamação da Independência do Brasil, em 1822, no ano seguinte foi apresentada a primeira Constituição Brasileira, a do Império, que trouxe no corpo do seu texto os direitos fundamentais e, assim, também aconteceu quando da proclamação da República, cada vez ganhando mais enfoque essa temática, a qual sofreu algumas restrições e censuras na fase do Golpe Militar, mas hoje, depois de todos esses anos de evolução na seara constitucional, “a Constituição de 5 de outubro de 1988 foi de todas as Constituições brasileiras aquela que mais procurou inovar tecnicamente em matéria de proteção aos direitos fundamentais” (BONAVIDES, 2014, p. 560).

Diante disso, é possível destacar que os direitos fundamentais, de livre manifestação do pensamento e a liberdade de reunião, referidos nos art. IV e XVI da CF/88, se relacionam intimamente, sendo que a partir do momento em que inúmeras pessoas tem um consenso sobre algo que almejam e esse consenso de pensamento toma proporções maiores, ou seja, de reunir-se para manifestá-lo, temos o direito de liberdade de expressão popular efetivado.

Nesse sentido, dentre inúmeros movimentos sociais que já ocorreram no Brasil, neste trabalho abordo as manifestações de junho de 2013, que tiveram como norte inicial o Movimento do Passe Livre (MPL), no qual os simpatizantes buscavam repreender o aumento da tarifa das passagens do transporte público. Contudo se verificou que esse foi o estopim para milhares de brasileiros saírem às ruas expressar as suas indignações com questões sociais, econômicas, políticas e culturais que vinham ocorrendo no país (PEREIRA, 2014).

Não obstante, Aldo Nunes da Silva Júnior (2014) discorre que a sociedade brasileira, após anos de conformismo e inércia diante das explorações que vem sofrendo, parece, enfim, ter acordado. Espalhando-se de forma rápida com reuniões marcadas em eventos das redes sociais, os quais juntaram grande número de participantes. As manifestações que iniciaram em junho de 2013 foram motivadas por diversas causas, as quais provocaram revolta no povo brasileiro, sendo elas, a corrupção, a escassez de honestidade dos governantes, os graves problemas na área da saúde, as precariedades da educação, dos transportes públicos, bem como os investimentos com dinheiro público em obras gigantescas, a exemplo da Copa do Mundo e Olimpíadas.

Por sua vez, Raquel Recuero, Gabriela Zago e Marco Toledo Bastos analisam que “o que diferenciou essas manifestações, entretanto, foi o uso dos sites de rede social como Twitter e Facebook durante o desenrolar dos eventos. Essas ferramentas tiveram um papel expressivo na organização e na reverberação dos protestos.” (2014, p. 199).

Iniciando na primeira semana de junho, os protestos seguiram por todo o mês, sendo que o ápice das manifestações foi em 20 de junho. Depois de terem conseguido os primeiros resultados concretos, com a redução das tarifas de ônibus em várias capitais, os protestos nas principais capitais e outras 120 cidades reuniram cerca de 1,4 milhão de pessoas. Nas maiores manifestações da História recente do Brasil, a população tomou as ruas para exigir o fim da corrupção e serviços públicos de qualidade. (O GLOBO, 2014, s.p.).

Pedro Henrique Santana Pereira em sua análise um ano após as manifestações traz algumas das principais reivindicações dos manifestantes e a forma como foram atendidas, como por exemplo,

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

com a redução das passagens de ônibus, que “[...] foram prontamente atendidas, e as capitais praticamente na totalidade procederam à realização da exigência popular, por meio de medidas que possibilitaram a redução de impostos às empresas e redução das passagens” (2014, s.p.). Prossegue, ainda, referindo que de todas as reivindicações somente as relacionadas à saúde e à educação tiveram notáveis resultados, com a destinação de 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação, e 25% dos royalties para saúde, assim como a aplicação do programa “Mais Médicos”.

Afinal, o direito à liberdade de expressão, principalmente do pensamento, aliado ao direito de reunião, estavam presentes e constitucionalmente assegurados em todos os protestos decorridos no mês de junho de 2013. De outro lado, importante salientar que os atos de vandalismo e depredação de bens públicos e particulares foram minoria, uma vez que a maior parte dos manifestantes se expressava de forma pacífica, em busca de um Brasil melhor para si e para as futuras gerações.

Por fim, é por todos esses motivos, essenciais à efetivação do Estado democrático de direito social, reivindicado nas ruas e conforme previsto na Constituição Federal, que os propósitos dos movimentos sociais são abarcados pelo direito, tendo assegurada a sua atuação política, voltada à melhoria da condição de vida de seus integrantes, assim como em atos de solidariedade (MAIOR, 2013, p. 98).

Conclusão

Com este estudo, pode-se perceber que o mês de junho de 2013 foi marcante, tanto para os protestantes, quanto para os espectadores e políticos, enfim, para a história do País, contribuindo para a formação de opiniões críticas. A partir destas opiniões, sejam elas a favor ou contra os protestos, os brasileiros puderam compreender que a livre manifestação da expressão dos seus pensamentos é muitas vezes necessária para alcançar mudanças que poderão afetar e transformar a vida de toda a coletividade.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais, Junho de 2013, Protesto, Manifestações Populares.

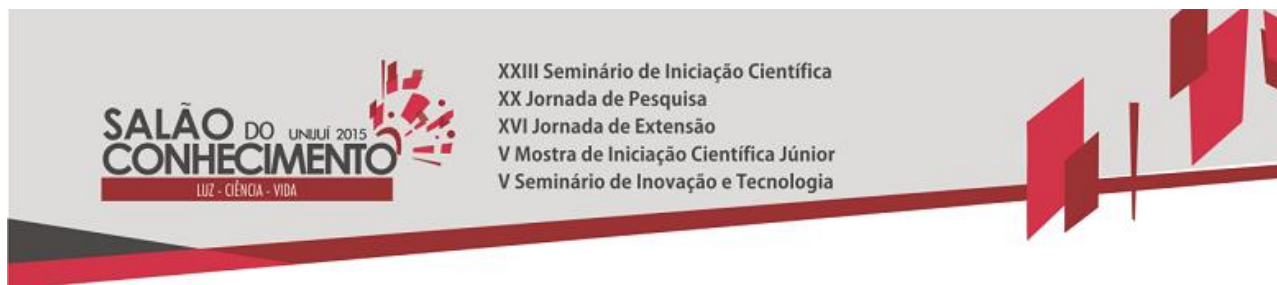
Bibliografia

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito Constitucional. 29ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

CUNHA, Jr., Dirley da. Curso de Direito Constitucional. 5 Ed. Bahia: Editora Jus Podivm, 2011.

MAIOR, Jorge Luiz Souto e outros. Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boi Tempo: Carta Maior, 2013.

O Brasil foi às ruas em junho de 2013. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-brasil-foi-as-ruas-em-junho-de-2013-12500090>>. Acesso em 23 maio 2015.



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

PEREIRA, Pedro Henrique Santana. Manifestações de junho e democracia representativa. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 4094, 16 set. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/29956>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

RECUERO, Raquel. ZAGO, Gabriela. BASTOS, Marco Toledo. O Discurso dos #ProtestosBR: análise de conteúdo do Twitter. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gal/v14n28/v14n28a17.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SILVA JÚNIOR, Aldo Nunes da. O que gerou as manifestações que começaram a virar moda no Brasil a partir de junho de 2013 e quais as nossas saídas para a crise instalada? Brasília: Revista Jurídica Consulex. nº 413, abril 2014.